



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008734-49.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação de Exigir Contas - Obrigações**
 Requerente: **MARIA PATRICIA FRANCO**
 Requerido: **Ricardo Cicero Batista e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

MARIA PATRICIA FRANCO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Ação de Exigir Contas em face de Ricardo Cicero Batista, Reginaldo Batista, Maria Luiza Galleni Batista, Odilio de Jesus Batista Junior e Rafael Adelino Batista alegando que viveu em união estável com *Odilio de Jesus Batista*, que era sócio majoritário da empresa *Tuca Construção Ltda*, CNPJ 02.421.134/0001-01, e que com seu o falecimento veio a descobrir que o *de cujus* a havia incluído como sócia minoritária em dita pessoa jurídica, motivo pelo qual em 09/12/2009, nos autos do Processo nº 0014240-33.2009.8.26.0566 lhe foi concedido alvará judicial para levantamento dos valores existentes junto á conta corrente de titularidade da empresa supramencionada (CC nº 2.668-9, Ag. 0295-X, do Banco do Brasil) tendo efetivamente levantado a quantia de R\$ 10.348,31, montante que teria sido utilizado para o adimplemento de contas de água, energia, telefone e alimentos, bem como pagamento de honorários advocatícios referentes à propositura de ações judiciais, além de ter realizado os pagamentos referentes aos holerites de funcionários da empresa *Tuca Construção Ltda*, cujos comprovantes estariam na posse do herdeiro *Ricardo Cicero Batista*, quem, segundo narra a autora,a administrava a empresa conjuntamente com o *de cujus*, à vista do que requer sejam julgadas boas e bem prestadas as contas, desonerando-a de qualquer responsabilidade pelos atos que praticou com o valor liberado por meio de Alvará Judicial.

Os herdeiros, *Ricardo*, *Reginaldo* e *Maria Luiza*, foram citados pessoalmente, conforme AR de fls. 79, e certidões de oficial de justiça de fls. 153 e 159, mas não apresentaram impugnação, tornando-se reveis.

O herdeiro *Rafael Adelino Batista* foi citado por edital, tendo lhe sido nomeado curador especial que contestou o feito por negativa geral.

O herdeiro *Odilio de Jesus Batista Júnior*, foi citado pessoalmente através de sua representante legal, uma vez que era relativamente incapaz à época. Como a representante legal do menor era a própria autora, havendo evidente conflito de interesses, nos termos do art. 72,I, do CPC, foi lhe nomeado Curador Especial, que contestou o feito por negativa geral.

O Ministério Público deixou de atuar no feito diante da maioria atingida pelo herdeiro *Odilio de Jesus Batista Júnior*.

É o relatório.

Decido.

As contas prestadas merecem ser julgadas boas.

Inicialmente, cumpre registrar que o "*objetivo da ação de prestação de*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contas é o de fixar, com exatidão, no tocante ao aspecto econômico de relacionamento jurídico havido entre as partes, a existência ou não de um saldo, para estabelecer, desde logo, o seu valor, com a respectiva condenação judicial da parte considerada devedora." (REsp nº 985061/DF, Terceira Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Data do julgamento 20 de maio de 2008).

No caso específico dos autos, a finalidade da prestação de contas é obter a demonstração da movimentação financeira do patrimônio administrado, com o fim de averiguar a regularidade das despesas e pagamentos realizados pela autora com montante de pertença ao *de cujus Odilio*.

Intimados, três dos herdeiros mantiveram-se silentes, não oferecendo contestação, presumindo-se sua concordância. Quanto ao herdeiro *Rafael*, que não foi possível nem mesmo sua localização. Devendo-se destacar que a contestação por negativa geral apresentada pelo Curador Especial, ainda que afaste a aplicação dos efeitos da revelia, não tem o condão de elidir a prova material trazida com a inicial.

Observe, ademais, que o levantamento se deu há quase 10 anos, sem que se tenha notícias de que qualquer um dos herdeiros tenha requerido judicialmente o que entendesse de direito.

Ademais, a autora esclareceu que parte do montante levantado teria sido utilizado para adimplemento das dívidas da pessoa jurídica *Tuca Construção Ltda*, dos quais tinha conhecimento o herdeiro *Ricardo*, que apesar de intimado, deixou de apresentar impugnação às alegações da autora, não havendo outra opção senão tê-las como verdadeiras.

Por fim, ressalto que trata-se este procedimento de mero incidente processual, não servindo, de mais a mais e como sabido, à resolução de questões de alta indagação que estaria a exigir demanda própria e adequada.

Ante o exposto, não havendo irregularidades constatadas, JULGO BOAS as contas prestadas pela autora MARIA PATRICIA FRANCO Relativas aos valores levantados em 09 de dezembro de 2008 (R\$ 10.348,34), nos autos do alvará judicial (feito nº 0014240-33.2009.8.26.0566), e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 25 de setembro de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**